

Destinatários:

Comissões, GABSG, GABPAR, SAR

51 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia (período de 7 a 11/9/2020):

1. QFP 2021-27 NEXT GENERATION EU NEGOCIAÇÕES COM O PE	1
2. RELAÇÕES FUTURAS UE - REINO UNIDO	2
3. COMISSÃO EUROPEIA - COMPOSIÇÃO DO COLÉGIO	3
4. COMISSÃO RELATÓRIO DE PROSPETIVA ESTRATÉGICA AGENDA	3
5. COMISSÃO EUROPEIA DESINFORMAÇÃO	4
6. PARLAMENTO EUROPEU - COMISSÕES	4
Prioridades da Presidência alemã do Conselho da UE	4
Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar - COVID-19	4
Desenvolvimento Regional - REACT-EU	4
Assuntos Externos - Mediterrâneo Oriental	5
Subcomissão de Segurança e Defesa	5
7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	5
Reunião do Eurogrupo	5
Reunião informal do ECOFIN	6
8. OUTROS ASSUNTOS	6
UE - Angola: 5.ª Cimeira Ministerial	6
Plano de Recuperação COVID-19 Academia	6
7.ª Cimeira dos países do Sul da UE	6
China - Relações com a UE	6
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	7
Parlamento Europeu	7
Comissão Europeia	7
Conselho da União Europeia	7
Reuniões interparlamentares	7

1. QFP 2021-27 | NEXT GENERATION EU | NEGOCIAÇÕES COM O PE

Esta semana prosseguiram os [diálogos trilaterais \(PE, Conselho e Comissão\)](#) sobre o QFP 2021-27, a decisão relativa aos recursos próprios e o [plano de recuperação económica](#). As partes reuniram-se a 7 e a 11 e terão novo encontro no dia 18 de setembro, tal como demos nota nas [Sínteses n.º 49](#) e [50](#).

Nesta segunda ronda, a Presidência alemã do Conselho da UE [classificou](#) a discussão como “*construtiva e intensa*”, com “*diferenças ainda significativas, mas com acordo em trabalhar rápido*” para aproximar as posições, em temas como o financiamento de alguns programas (e.g. EU4Health e Horizonte Europa, que sofreram [cortes importantes no acordo alcançado no Conselho Europeu de 17-21 de julho](#)).

Por outro lado, permanecem as questões sobre a eventual [posição húngara de fazer depender a ratificação parlamentar](#) da decisão relativa aos recursos próprios da inexistência de um [mecanismo de condicionalidade](#) ligado ao [Estado de Direito](#). Porém, o PE parece estar bastante unido relativamente a esta questão e, segundo [Petri Sarvamaa](#) (Finlândia, PPE), Deputado responsável pelo [relatório sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre a proteção do orçamento da União em caso de deficiências generalizadas no que diz respeito ao Estado de direito nos Estados-Membros](#), “*vamos ter progresso real neste dossiê legislativo*”, pendente desde 2018 (proposta original da Comissão disponível [aqui](#) e [aqui](#)).

A Comissão Europeia, por seu lado, criou no seu [organograma](#) uma nova **Task-Force para a Recuperação e Resiliência**, com a missão de apoiar os Estados-Membros na elaboração dos Planos Nacionais de Recuperação e Resiliência, no âmbito do [Next Generation EU](#) e monitorizar a sua implementação e alinhamento com o Semestre Europeu. A [liderança política será da Presidente von der Leyen](#), com o apoio dos três Vice-Presidentes Executivos Frans Timmermans, Margrethe Vestager e Valdis Dombrovskis, além do Comissário responsável pela Economia Paolo Gentiloni.

No PE, foi apresentado esta semana o [projeto de relatório sobre o estabelecimento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) (MRR), com base na [proposta da Comissão](#). Um dos aspetos em discussão tem a ver com a **governança** deste instrumento - o Conselho Europeu [acordou](#) (parágrafo A19) que “*A avaliação dos planos de recuperação e resiliência deve ser aprovada pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, com base numa proposta da Comissão, através de um ato de execução que o Conselho deve procurar adotar no prazo de quatro semanas a contar da apresentação da proposta*” (ênfase nossa). O PE pretende, ao invés, que tal seja feito através de um [ato delegado](#), pois tal requer o envolvimento do Parlamento na decisão.

O Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, [advogou](#) esta semana o **estabelecimento de um sistema de recursos próprios da União**, [destacando](#) o mecanismo de ajustamento fronteiriço de carbono e o sistema de comércio de emissões como exemplos.

Finalmente, o **Tribunal de Contas Europeu** publicou a [Antevisão da Auditoria sobre o Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#), com algumas **dúvidas sobre a adequação dos montantes financeiros propostos para cada país** pois, apesar de o MRR visar uma resposta às consequências de médio e longo prazo, a dotação proposta foi determinada pela situação pré-COVID. Assim, a [queda do PIB prevista em 2020 para quatro \(Polónia, Alemanha, Portugal e Roménia\) dos dez países que beneficiam das maiores dotações](#) de subvenções do Mecanismo é [inferior](#) à média da UE, que é de cerca de 7%. Além disso, esta distribuição apenas reflete parcialmente o objetivo de promover a coesão da União, pois [mais de 2/3 das subvenções estão reservados para os 14 Estados-Membros com um PIB per capita em 2019 de, pelo menos, 90% da](#)

média da UE, e apenas cerca de 1/4 para os oito países com um PIB per capita em 2019 inferior a 75% da média da UE (Polónia, Grécia, Roménia, Bulgária, Croácia, Eslováquia e Letónia).

2. RELAÇÕES FUTURAS UE - REINO UNIDO

O governo britânico publicou esta semana o [Internal Market Bill](#), um projeto de lei que, segundo o sumário disponibilizado no site da Câmara dos Comuns, visa legislar sobre o mercado de bens e serviços no Reino Unido (RU), incluindo **disposições que alteram o [Protocolo relativo à Irlanda do Norte](#)** acordado com a [Comissão Europeia](#) em outubro de 2019.

Esta iniciativa, que **surgiu na semana em que decorreu a [8.ª ronda de negociações](#) relativas ao (possível) acordo sobre as relações futuras**, tem sido interpretada como uma intenção britânica de [condicionar as negociações](#) e **afastar-se unilateralmente do teor do [Acordo de Saída](#) assinado em outubro de 2019**. Tal foi confirmado explicitamente num debate na Câmara dos Comuns na terça-feira quando, questionado por um Deputado Conservador, o Ministro para a Irlanda do Norte do governo britânico, Brandon Lewis, referiu que **[esta legislação “será contrária ao direito internacional de uma forma muito específica e limitada”](#)**, num momento parlamentar que registamos [aqui](#).

O *Financial Times* disponibilizou uma [análise detalhada](#) deste projeto de lei que, no essencial, autoriza as autoridades britânicas a modificar ou a não aplicar certas disposições relativas a declarações aduaneiras para as mercadorias que passem da Grã-Bretanha para a Irlanda do Norte.

Recorde-se que, nos termos do Protocolo sobre a Irlanda do Norte ([artigo 5.º](#)), ambas as partes (UE e RU), comprometeram-se a aplicar disposições rigorosas em função do destino final das mercadorias, com o **RU a aplicar as regras da UE para a Irlanda do Norte até se alcançar um acordo comercial, salvaguardando o princípio de [não criar uma fronteira entre a Irlanda do Norte \(parte do RU e, desde 1 de fevereiro de 2020, território fora da UE\)](#) e a [Irlanda \(membro da UE\)](#)**. O governo britânico, baseado num [parecer](#) interno, afirmou, após a apresentação do projeto de lei, que o Acordo de Saída foi negociado com rapidez e “*nas circunstâncias políticas mais desafiantes possíveis*”, contendo “*ambiguidades e falta de clareza em áreas-chave*”, no pressuposto de que haveria “*acordos subsequentes para clarificar esses aspetos*”.

As **reações** têm sido múltiplas e variadas, desde a [demissão do Diretor do Departamento Jurídico do Governo](#), até à [declaração da Presidente da Comissão Europeia](#) a relembrar o princípio *pacta sunt servanda* passando pelo alerta da Presidente da Câmara dos Representantes do Congresso dos EUA, **Nancy Pelosi**, que referiu que “[não há possibilidade alguma](#)” de ratificação de um possível acordo de comércio RU-EUA se houver alterações ao acordo de paz na Irlanda.

Por seu lado, a Comissão Europeia (através do Vice-Presidente Maroš Šefčovič, que convocara uma reunião urgente da Comissão Mista UE-RU), **[instou o Governo britânico a retirar o projeto de lei referido “até final do mês”](#)**, relembrando os mecanismos legais do Acordo de Saída para fazer face às violações das suas disposições, “***que a UE não se coibirá de utilizar***”.

As negociações são muito **[complexas](#)** em vários setores (e.g. [pescas](#)) e a probabilidade **[é cada vez mais ténue de se chegar](#)** a um acordo até **[15 de outubro](#)** (data do [Conselho Europeu](#)). A biblioteca da Câmara dos Comuns apresenta uma **[cronologia e ponto de situação nas negociações](#)**, bem como um **[briefing com as responsabilidades das partes até 1 de janeiro](#)**.

3. COMISSÃO EUROPEIA - COMPOSIÇÃO DO COLÉGIO

Após [demissão](#) do **Comissário irlandês Phil Hogan**, responsável pelo Comércio, [apresentou](#) no dia 26 de agosto. o governo irlandês apresentou dois candidatos para ocupar o cargo de Comissário, Mairead McGuinness (Vice-Presidente do PE) e Andrew McDowell (até recentemente Vice-Presidente do Banco Europeu de Investimento).

Após ter entrevistado ambos, a [Presidente da Comissão nomeou Mairead McGuinness \(PPE\)](#) como candidata designada, atribuindo-lhe o **pelouro dos Serviços Financeiros, Estabilidade Financeira e União do Mercado de Capitais**. O pelouro do Comércio internacional será agora responsabilidade do **Vice-Presidente Executivo Valdis Dombrovskis (PPE)**, que acumulará com a representação da Comissão no Eurogrupo. O *Politico* traçou um perfil interessante de [Mairead McGuinness](#) e de [Valdis Dombrovskis](#), que agora terão de passar por audições de confirmação no PE.

Um dos aspectos mais debatidos do pelouro atribuído a McGuinness é o facto de ser a Comissária de nacionalidade irlandesa a exercer funções neste domínio, sendo o Presidente do Eurogrupo ([Pascal Donohoe](#)), o Director-Geral da Comissão neste domínio ([John Berrigan](#)) e o economista-chefe e membro do Conselho Executivo do BCE, [Philip Lane](#), todos irlandeses.

4. COMISSÃO | RELATÓRIO DE PROSPETIVA ESTRATÉGICA AGENDA

A [Comissão Europeia adotou](#) esta semana o seu **primeiro relatório de prospetiva estratégica**, destinado a identificar os **problemas e oportunidades emergentes para orientar melhor as escolhas políticas e estratégicas da UE**. O relatório de 2020 introduz um conceito global de «**resiliência da UE**» nas suas quatro vertentes: social e económica, geopolítica, ecológica e digital. Relativamente a cada vertente, o relatório identifica as capacidades, as vulnerabilidades e as oportunidades que a crise do coronavírus veio revelar e que devem ser abordadas a médio e a longo prazo.

O [racional da prospetiva estratégica](#) é o de [contribuir para melhorar o processo de elaboração das políticas](#), desenvolver estratégias preparadas para o futuro e assegurar que as ações a [curto prazo](#) sejam coerentes com os [objetivos a longo prazo](#). A Comissão pretende integrá-la em todos os seus domínios de intervenção, através de:

- realização **sistemática de exercícios de prospetiva** para todas as grandes iniciativas;
- publicação de **relatórios anuais de prospetiva estratégica**, analisando tendências e desafios, que servirão de base à elaboração das políticas e ao processo decisório da UE;
- apoio ao desenvolvimento de capacidades de prospetiva na UE e nos Estados-Membros;
- constituição de uma **comunidade de prospetiva colaborativa** e inclusiva com as instituições da UE, as instituições internacionais e as instituições dos países parceiros.

São propostos protótipos de **quadros de indicadores de resiliência**, tendo em vista lançar debates entre os Estados-Membros e outras partes interessadas sobre a **melhor forma de monitorizar a resiliência**. A [conferência anual do Sistema de Análise da Estratégia e Política Europeias \(ESPAS\)](#), a realizar em novembro de 2020, será a oportunidade para debater o tema do relatório de prospetiva estratégica do próximo ano e para lançar uma rede de prospetiva à escala da UE. Alguns destes cenários poderão também ser utilizados na Conferência sobre o futuro da Europa.

5. COMISSÃO EUROPEIA | DESINFORMAÇÃO

A Comissão [apresentou](#) esta semana a sua [avaliação da aplicação e da eficácia do Código de Conduta contra a Desinformação](#), concluindo que este provou ser um instrumento muito valioso, proporcionando para um diálogo estruturado e uma maior transparência das políticas das plataformas digitais contra a desinformação na UE. Ao mesmo tempo, a avaliação aponta para algumas **deficiências**, que se devem principalmente à natureza autorreguladora¹ do Código.

- a ausência de indicadores-chave de desempenho (ICD) pertinentes, que permitam avaliar a eficácia das políticas adotadas pelas plataformas digitais;
- a falta de procedimentos claros, de definição partilhada e compromissos mais precisos;
- a falta de acesso a dados que permitam realizar uma avaliação independente das tendências e ameaças emergentes decorrentes da desinformação em linha;
- a ausência de cooperação estruturada entre as plataformas e a comunidade científica;
- a necessidade de envolver outras partes interessadas relevantes, em especial o setor da publicidade.

Com base nas medidas elencadas na [Comunicação Conjunta](#) e na correção das deficiências detetadas no âmbito desta avaliação, a Comissão apresentará [duas iniciativas complementares](#) até ao final do ano: **um plano de ação para a democracia europeia e um pacote legislativo sobre serviços digitais**. A [consulta pública](#) sobre o plano de ação decorre até 15 de setembro. A consulta sobre o pacote digital terminou no início desta semana.

6. PARLAMENTO EUROPEU - COMISSÕES

Prioridades da Presidência alemã do Conselho da UE

A Presidência alemã do Conselho da UE (2.º semestre de 2020) prosseguiu, esta semana, a [apresentação das suas prioridades às Comissões parlamentares do PE](#).

Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar - COVID-19

A Comissão ENVI do PE promoveu uma [audição sobre vacinas](#), e, que se defendeu a necessidade da sua segurança, a transparência para gerar confiança, a responsabilização das farmacêuticas e o objetivo de disponibilizar um número elevado de vacinas no início de 2021.

Desenvolvimento Regional - REACT-EU

A Comissão REGI **aprovou o relatório relativo ao REACT-EU**, proposto pela Comissão para assistência à promoção da recuperação da crise no contexto da pandemia de COVID-19 e preparação de uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia ([Iniciativa REACT-EU](#)). A [posição](#) da Comissão REGI é no sentido de apoiar os custos das regiões mais afetadas desde 1 de fevereiro de 2020, uma dotação de 55 mil milhões de euros (apesar dos cortes no Conselho Europeu) e assegurar princípios de escrutínio democrático.

¹ De acordo com o Código, os signatários devem apresentar relatórios sobre a aplicação dos seus compromissos, baseados nos [relatórios anuais de autoavaliação](#), e cooperar com a Comissão na avaliação do Código.

Assuntos Externos - Mediterrâneo Oriental

A Comissão AFET organizou [duas audições separadas](#) - e à porta fechada - com **os Ministros dos Negócios Estrangeiros da Grécia e da Turquia** sobre a situação no Mediterrâneo oriental. O Ministro grego, Miltiádis Varvitsiótis, afirmou que o seu país está *“determinado a resolver os seus diferendos com a Turquia através do diálogo, o que passa pelo recurso ao Tribunal Internacional de Justiça, na Haia.”* Acrescentou que a resolução deste diferendo não pode ter lugar *“sob pressão e ameaças de guerra”*, caso contrário não se trata de diálogo, mas *“de chantagem”*, criticando a *“retórica belicista”* da Turquia e aquilo que classificou de *“atitude de provocação, unilateral, de agressividade e de violação do direito internacional”*.

Por seu lado, Mevlüt Çavuşoğlu, MNE turco, considerou que *“apenas através de um diálogo sincero”* se poderá alcançar uma melhor compreensão mútua, sublinhando que tal deverá suceder *“sem a imposição de condições prévias”* às conversas, o que - referiu - a Grécia insiste em fazer. Do seu ponto de vista, *“Os direitos da Turquia foram postos de lado, o que não deixou outra opção senão a de adotar medidas militares”*, sublinhando, porém, a disponibilidade do Presidente turco Recep Tayyip Erdogan em sentar-se à mesa de negociações com os países visados e alcançar um acordo sobre a partilha equitativa dos recursos. Apelou, igualmente, à UE para que dê provas de neutralidade e honestidade, considerando que esta se tornou *“parte do problema ao colocar-se ao lado da Grécia nesta disputa”*. Recorde-se que este será um dos assuntos principais do Conselho Europeu de 24 e 25 de setembro. O Presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, fará uma [visita à Grécia, Chipre e Malta na próxima semana](#), além de contactos com o Presidente turco.

Subcomissão de Segurança e Defesa

A [Subcomissão SEDE](#) debateu o impacto da atual crise sanitária mundial nos mecanismos europeus de defesa e segurança. Da [agenda](#) da reunião, importa referir as audições realizadas com o General Claudio Graziano, Presidente do [Comité Militar da União Europeia](#) e com Timo Pesonen, Diretor-Geral da [DG Indústria de Defesa e Espaço](#) da Comissão Europeia (DG DEFIS), tendo sido debatidos os **efeitos da pandemia na área de segurança e defesa**, ainda incertos mas com influência nas missões em curso e a necessidade de uma abordagem integrada, nomeadamente no combate à desinformação. Aludiu-se também à revisão da PESCO e à necessidade de efetividade dos projetos e fixação das prioridades para 2021-2025, assim como ao desenvolvimento do Fundo Europeu de Defesa, a aposta nas tecnologias e capacidades de investimento transfronteiriço, adaptação a áreas relativas à pandemia, como seja a bio-defesa ou suporte médico, e aos projetos prioritários de mobilidade militar.

7. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Reunião do Eurogrupo

Realizada a [11 de setembro](#), promoveu um debate temático sobre os fatores da economia política que facilitam a introdução de reformas, maximizam o seu impacto e asseguram a mobilização eficiente dos recursos públicos no contexto da recuperação, com base numa [nota técnica elaborada pela Comissão](#). Em formato inclusivo (a 27), debateram a reforma do Tratado que cria o Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), que prevê a introdução de um mecanismo de

apoio ao Fundo Único de Resolução até 2023, uma possível introdução precoce do mecanismo de apoio e a cedência de liquidez no âmbito da resolução. Finalmente, foram ainda discutidas as quatro vertentes de trabalho para a continuação do reforço da união bancária, incluindo o Sistema Europeu de Seguro de Depósitos (SESD).

Reunião informal do ECOFIN

A 11 e 12 de setembro [os ministros dos Assuntos Económicos e Financeiros](#) reuniram-se, informalmente, em Berlim com 4 tópicos na agenda:

- i) Ponto de situação da recuperação da economia europeia*
- ii) Recursos próprios para o orçamento da UE*
- iii) Tributação justa e eficaz na UE*
- iv) Repensar os mercados financeiros na era digital*

8. OUTROS ASSUNTOS

UE - Angola: 5.ª Cimeira Ministerial

Realizada por videoconferência, teve lugar a 8 de setembro com a presença do Alto Representante da UE para a Política Externa, Josep Borrell, o Vice-Presidente Executivo da Comissão Europeia responsável pelo Comércio, Valdis Dombrovskis e, do lado de Angola, o MNE Tete António, o Ministro do Comércio e Indústria, Victor Fernandes, e o Secretário de Estado da Economia, Mário Caetano. O diálogo estruturado entre as partes decorre no quadro do chamado [Joint Way Forward](#) e incide sobre questões de segurança e estabilidade, a resposta à COVID-19 e o apoio a Angola, bem como questões comerciais. A este respeito, destacamos as [conversas exploratórias para o estabelecimento de um acordo de investimento entre a UE e Angola](#) que seria o primeiro desta natureza com um Estado africano,

Plano de Recuperação | COVID-19 | Academia

A biblioteca do Conselho da UE publicou uma atualização dos [trabalhos mais relevantes que a academia e os think tanks](#) têm apresentado sobre o Plano de Recuperação pós COVID-19.

7.ª Cimeira dos países do Sul da UE

Teve lugar na Córsega, a 10 de setembro, com a presença dos Chefes de Estado ou de Governo de França, Espanha, Itália, Portugal, Grécia, Chipre e Malta. Foi adotada uma [Declaração Final](#), destacando-se as referências à recuperação da economia europeia pós COVID-19, à situação no Sahel e no [Mediterrâneo Oriental](#).

China - Relações com a UE

O Politico publicou uma [análise interessante sobre a influência da China](#) nos Estados-Membros da UE, através do investimento direto estrangeiro, das trocas comerciais e dos laços culturais. Por outro lado, o Tribunal de Contas Europeu publicou um [documento informativo sobre a](#)

"Resposta da UE à estratégia de investimento estatal da China", que incide na estratégia de investimento chinesa em setores estratégicos no estrangeiro ("*Uma Cintura, Uma Rota*" e a estratégia industrial "*Made in China 2025*"). Do lado da UE, assinala-se a perspetiva estratégica UE-China, adotada em 2019, destacando, porém, que este país é designado simultaneamente por parceiro e adversário sistémico. Além disso, os Estados-Membros cooperam de forma bilateral com a China, frequentemente de acordo com os seus próprios interesses nacionais e sem informar a Comissão, o que não promove o poder e o interesse económico da UE.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Parlamento Europeu

Terá lugar, em Bruxelas (e não em Estrasburgo, como previsto), a Sessão Plenária, destacando-se:

- Debate sobre o estado da União com Ursula von der Leyen
- Recursos próprios: votação do parecer, do qual o Deputado José Manuel Fernandes (PPE) é um dos correlatores
- Fundo para uma Transição Justa: votação da posição do PE
- COVID-19: coordenação das avaliações sanitárias e restrições de viagem na UE
Turquia, Bielorrússia, Líbano e Rússia
- Situação humanitária em Moçambique, com uma resolução sobre Cabo Delgado
- Rum, licores e aguardentes da Madeira e dos Açores

Comissão Europeia

O calendário das próximas reuniões do Colégio está disponível aqui.

Conselho da União Europeia

- 14 de setembro: videoconferência dos líderes UE-China
- 16/17 de setembro: Reunião informal dos ministros da Educação
- 18 de setembro: videoconferência dos Ministros do Mercado Interno e Indústria

Reuniões interparlamentares

Terá lugar, no dia 14 de setembro e por videoconferência, a Reunião dos Presidentes da COSAC, no âmbito da dimensão parlamentar da Presidência alemã do Conselho da UE, com a presença do Deputado Luís Capoulas Santos (PS), Presidente da Comissão de Assuntos Europeus.

Bruxelas | 11 de setembro de 2020

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro | +32 493 39 99 73

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.